

O republicanismo e a educação(*)

Evaldo A. Vieira(**)

Os escritos comemorativos do bicentenário da Revolução Francesa e do centenário da República brasileira têm percorrido um conjunto de temas, alguns repisados, outros redescobertos, outros ainda imaginados agora. O republicanismo é um tema capaz de possuir esses três aspectos, distinguindo o mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, formulando os princípios de uma nova educação.

Se, de um lado, a Revolução Americana edifica a primeira república dentro dos ideais racionalistas e burgueses da nossa época, de outro a Revolução Francesa encarna a radicalização extremada de tais ideais, manifestando singular esforço na sua concretização. O próprio Thomas Paine, participante de ambas as revoluções, denuncia em suas obras uma intensa comunicação existente entre os acontecimentos americanos e franceses. Antes, em *Senso Comum*, escreveu: "A causa da América é, em grande medida, a causa da humanidade inteira". Já no prefácio da edição francesa de *Os Direitos do Homem*, anuncia: "A causa do povo francês é a de toda a Europa, ou melhor, do mundo inteiro", para afirmar depois: "Não acredito que a monarquia e a aristocracia durem mais de sete anos em nenhum país esclarecido da Europa".

A palavra *república* vem do latim *res publica*, significando "bem público".

Cícero conceituou *república* como aquilo que se refere ao público, ao comum, separando-o do que é privado, particular, de alguns. Compreendendo assim a República, Cícero ligava-a ao povo, porque o bem público se relaciona com o bem do povo. Então, a República importa o consenso jurídico (que, nos séculos mais recentes, passou a ser as constituições originadas de assembleias livres e soberanas) e a utilidade comum (que Montesquieu caracterizava como sendo a virtude, a obediência à lei e o desejo de servir a todos, aliás baseando-se nos romanos). É certo que Rousseau cuidou especialmente da origem da desigualdade entre os homens e também do contrato social, buscando a organização racional da vida em sociedade e conferindo notável valor à utilidade comum na configuração da República.

A Revolução Francesa representa talvez um momento elevado no estudo do republicanismo, sobretudo a atuação da Convenção Nacional, a proclamação da República em 1792 e o desempenho dos jacobinos, chegando a ser um ponto de referência tão atraente quanto era a República romana antes dela mesma. Em discurso na Convenção Nacional em 5 de fevereiro de 1794, como representante do Comitê de Salvação Pública, Robespierre expõe o que se denominou *Os Princípios de Moral Política que Devem Guiar a Convenção Nacional na Administração Interior da República*. Diz ele: "...Unicamente o governo democrático ou republicano: estas duas palavras são sinônimas, apesar dos abusos da

(*) Texto correspondente à intervenção do autor no Painel "Educação e Ideologias na República", 07/11/1989.

(**) Professor da Faculdade de Educação da UNICAMP.

linguagem vulgar; porque a aristocracia é tão pouco republicana como a monarquia." "(...) Mas, como a essência da República ou da democracia é a igualdade, deduz-se que o amor à pátria inclui necessariamente o amor à igualdade." (...) Não só é a virtude a alma da democracia, como também só pode existir neste governo." "(...) A virtude republicana pode ser considerada em relação com o povo e em relação com o governo: é necessária num e noutro. Quando o governo está desprovido dela, pode-se recorrer à do povo; mas, quando o próprio povo está corrompido, a liberdade se perdeu." "(...) Se a força do governo popular é a paz na virtude, a força do governo popular na revolução é, ao mesmo tempo, a virtude e o terror (...)" Com tudo isso, no entanto, Robespierre recebia algum tempo antes a pecha de republicano, conforme se verifica no discurso de 14 de julho de 1791, na Assembléia Nacional, intitulado *A Inviolabilidade Real*. Principia ele da seguinte forma: "Não quero contestar alguma acusação de republicanismo com que se queria juntar a causa da justiça e da verdade (...)".

Saint-Just, como Robespierre, membro do Comitê de Salvação Pública e da Convenção Nacional, que proclamou a República na França de 1792, deixou os *Fragments Sobre as Instituições Republicanas*. Sustenta aí: "(...) Em uma palavra, não se pode governar um Estado quando todo mundo é orgulhoso em lugar de ser modesto. Tem havido, nos governos, mais gente hábil que gente virtuosa". Aludindo à educação, anota: "As crianças pertencem à mãe até os cinco anos, se ela as alimenta, e imediatamente depois à República até a morte. A mãe que não alimenta o seu filho, deixa de ser mãe, aos olhos da pátria". "(...) A criança e o cidadão pertencem à pátria. A instrução comum é necessária."

A relação entre republicanismo e educação é uma relação histórica, no sentido de que a República tem sempre apresentado uma proposta republicana

na de educação. É famosa a menção de Platão, em seu livro *A República*, sobre tal relação, no sentido de que uma está a serviço da outra reciprocamente. Platão, porém, observa: "Que esteja o mando em mãos de um ou de muitos, isso em nada alterará as leis fundamentais do Estado, se os princípios de educação que estabelecemos forem rigorosamente observados", mostrando como a educação é mais essencial na vida do Estado que as leis ou a forma de governo.

A transposição da educação do súdito para a educação do cidadão, a transposição da educação monárquica para a educação republicana, encontra o seu momento fundamental na Revolução Francesa, cujo ideário educacional também se amplia para outros países. Em quaisquer dos períodos principais da Revolução Francesa (a Assembléia Constituinte, a Assembléia Legislativa e a Convenção Nacional), a educação irrompe como tema de discussões e de propostas. Entre girondinos (como Mirabeau, Talleyrand, Condorcet) ou jacobinos (como Lakanal, Lepelletier, Daunou) debateram-se alguns preceitos educacionais: a) o controle estatal da educação, em contraposição ao domínio de professores e ordens religiosas pertencentes à Igreja; b) educação para todos, com variações de opinião em torno da gratuidade escolar e da sua extensão: deveria ultrapassar ou não a escola primária universal e gratuita; c) educação orientada para as virtudes cívicas e patrióticas, conduzindo ao esclarecimento da razão, à fraternidade, à defesa dos próprios direitos, à capacitação de servir ao Estado, ao desenvolvimento do espírito nacional, da democracia e da liberdade; d) educação secular em substituição à doutrinação religiosa; e) educação compulsória, buscando a igualdade absoluta, ao menos para alguns, como Lepelletier, para quem: "Tudo o que irá compor a República deveria ser moldado na forma republicana".

De qualquer modo, com aceitação mais ou menos variável, a Revolução Francesa expôs certas exigências educacionais intimamente relacionadas com a República, a democracia e a igualdade, na formulação de Robespierre. Tais exigências são: a liberdade de ensino, a uniformidade de instrução para todos, a educação de adultos, as bolsas de estudos, os livros didáticos, a revisão curricular, fazendo sobressair os estudos de ciências naturais, históricos, geográficos, concentrando

o currículo no exame do governo e nos deveres do cidadão.

Como essa concepção republicana e burguesa tem corrido o mundo através de dois séculos, não deixa de ser necessário saber, mas parece muito necessário meditar, sobre o republicanismo e a educação decorrentes da Revolução Francesa em regiões como a América Latina. Nela tem-se a impressão de existirem repúblicas e educações republicanas sem republicanismo. Eis um caso a se verificar.

Resumo Se, de um lado, a Revolução Americana edifica a primeira república dentro dos ideais racionalistas e burgueses da nossa época, de outro a Revolução Francesa encarna a radicalização extrema de tais ideais, manifestando um singular esforço na sua concretização. A Revolução Francesa representa também um momento elevado no estudo do republicanismo.

A relação entre republicanismo e educação é uma relação histórica, no sentido de que a República tem sempre apresentado uma proposta republicana de educação. É famosa a menção de Platão, em seu livro *A República*, sobre tal relação, no sentido de que uma está a serviço da outra, reciprocamente. A transposição da educação do súdito para a educação do cidadão encontra o seu momento fundamental na Revolução Francesa, cujo ideal educacional também se amplia para outros países. Na América Latina, porém, tem-se a impressão de existirem repúblicas e educações republicanas sem republicanismo.

Palavras-chaves: republicanismo; educação republicana; republicanismo e educação; educação e República; educação e governo republicano.

Abstract Republicanism and Education

If on one hand the American Revolution creates the first republic according to the enlightenment and bourgeois ideals of our epoch, on the other the French Revolution embodies the extreme radicalization of such ideals, displaying unique effort in its fulfillment. The French Revolution also represents a high moment in the study of republicanism.

*The relation between republicanism and education is a historical relation in the sense that the Republic has always presented a republican proposal of education. It is famous Plato's mention, in his book *The Republic*, about such relation in the sense that one is, reciprocally, at the service of the other. The transposition of vassal education toward citizen education encounters its fundamental moment in the French Revolution whose educational ideal also extends to other countries. In Latin America, however, one has the impression that there are republics and republican education without republicanism.*

Descriptors: republicanism; republican education; republicanism and education; education and Republic; education and republican government.